



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JOSINETE PEREIRA DE CARVALHO

**A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO ESTRATÉGIA PARA A PREVENÇÃO
DA GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA: um olhar a partir da perspectiva da
coordenação pedagógica da escola.**

João Pessoa- PB
2021

JOSINETE PEREIRA DE CARVALHO

**A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO ESTRATÉGIA PARA A PREVENÇÃO
DA GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA: um olhar a partir da perspectiva da
coordenação pedagógica da escola.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia da Universidade
Federal da Paraíba - UFPB, como requisito
parcial para a obtenção do grau de
licenciada em Pedagogia

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Romão
de Souza Ferreira

João Pessoa- PB
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C331e Carvalho, Josinete Pereira de.

A educação sexual como estratégia para a prevenção da gravidez na adolescência: um olhar a partir da perspectiva da coordenação pedagógica da escola / Josinete Pereira de Carvalho. - João Pessoa, 2021.
48 f. : il.

Orientação: Ana Paula Romão de Souza Ferreira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)
- UFPB/CE.

1. Educação sexual. 2. Gravidez - adolescente. 3. Gravidez - ambiente escolar. 4. Coordenação pedagógica.
I. Ferreira, Ana Paula Romão de Souza. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 612.6.057(043.2)

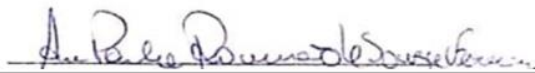
JOSINETE PEREIRA DE CARVALHO

**A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO ESTRATÉGIA PARA A PREVENÇÃO
DA GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA: um olhar a partir da perspectiva da
coordenação pedagógica da escola.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito parcial
para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia

BANCA EXAMINADORA

Nota: 9,5



Prof. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira
Orientadora

Prof. Ms. Luciano de Sousa Silva
Examinador

Prof. Dr. Fábio do Nascimento Fonseca
Examinador

Aprovada em 12 de julho de 2021

Dedico a Deus, que todos os dias renova as minhas forças.

Aos meus pais, Sebastião e Eronice pelo incentivo.

Aos meus irmãos: Genilton, Genilda e Gerlane, que sempre estão dispostos a
me ajudar.

Aos meus filhos: Karen Wojtyka e Kaio Wojtyla, pela tolerância nas horas que
estive ausente de seus convívios, faltando com a atenção, carinho e paciência,
que eles têm direito e merecem.

À orientadora Dra Ana Paula Romão, pela simpatia, boa vontade e pela ajuda
fundamental no percurso de orientação para o andamento dessa monografia.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os muitos obstáculos.

A todos os meus professores que me acompanharam nessa jornada de rico aprendizado, na qual me ensinaram amor, compreensão, ética, respeito e humildade na prática da docência.

Aos amigos, colegas de curso e de turma, que foram meu apoio por mais mais do que eu posso me lembrar, em especial a Andréa, Jeanne, Rogerlândia e Solineide.

À orientadora Dra. Ana Paula Romão, que me acompanhou, guiou e tornou-me confiante quanto a minha capacidade. Agradeço sua gentileza, dedicação e principalmente ao seu senso de humor maravilhoso que facilitou quando tudo parecia muito difícil.

Sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização dessa monografia.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Agradeço especialmente a Karol Wojtyla meu ex esposo, companheiro e amigo que me incentivou em dias de desânimo, que cuidou dos nossos filhos e do nosso lar em todos os momentos que estive ausente. Agradeço pela paciência, compreensão e carinho que teve comigo quando o cansaço me tornava pouco amistosa.

Agradeço aos meus pais Sebastião e Eronice, por me ensinarem desde cedo o quanto é valioso o estudo e que o conhecimento é a única coisa que ninguém pode tirar da gente.

Às minhas amigas, Aída Falcão, Ana Paula Lameu, Andida, Joyce e Maria Risomar, por estarem ao meu lado e me ajudarem durante essa caminhada que foi por vezes muito bela, outras vezes foi dura demais, que pareceu longa e até mesmo impossível. Chegamos todos ao mesmo destino, mas apenas ao destino inicial porque nossa caminhada está apenas começando.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a contribuição da educação sexual na escola para a minoração da gravidez na adolescência, conforme a visão dos coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio. Teve como objetivos específicos levantar dados para compor indicadores da realidade da gravidez na adolescência; perceber a realidade das escolas estudadas e compreender o papel da coordenação pedagógica na proposição da educação sexual como estratégia para prevenção desse problema. Para esse estudo foram analisados trabalhos de: Bruschini & Barraso (1986); Rosemberg (1985); Werebe (1977,1978); Figueiró (1997, 1998); Lima (2012); além de documentos oficiais e do aporte legal educacional brasileiro com relação a Educação Sexual. A metodologia da pesquisa foi de natureza qualitativa, do tipo pesquisa de campo, contemplando três fases: pesquisa e reflexão com aportes bibliográficos; aplicação de um formulário do *google forms* aos sujeitos da pesquisa, em forma de entrevista estruturada e análise temática do conteúdo dos resultados. As reflexões teóricas e empíricas apontam que os coordenadores/as desempenham um papel fundamental na promoção de debates e colaboração nas estratégias efetivas na prevenção da gravidez na adolescência, bem como apontam sugestões e perspectivas para uma melhor efetivação da Educação sexual no ambiente escolar.

Palavras chave: Educação sexual. Gravidez na adolescência. Coordenação pedagógica.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the contribution of sexual education at school to reduce teenage pregnancy, according to the view of pedagogical coordinators who work in Elementary School – Final Years. Its specific objectives were to collect data to compose indicators of the reality of teenage pregnancy; understand the reality of the schools studied and understand the role of pedagogical coordination in proposing sexual education as a strategy for preventing this problem. For this study, works by: Bruschini & Barraso (1986); Rosemberg (1985); Werebe (1977, 1978); Figueiró (1997, 1998); Lima (2012); in addition to official documents and the Brazilian educational legal contribution in relation to Sexual Education. The research methodology was of a qualitative nature, of the field research type, comprising three phases: research and reflection with bibliographic contributions; application of a google forms form to the research subjects, in the form of a structured interview and thematic analysis of the content of the results. Theoretical and empirical reflections point out that coordinators play a fundamental role in promoting debates and collaboration in effective strategies for preventing teenage pregnancy, as well as pointing out suggestions and perspectives for a better implementation of Sex Education in the school environment.

Keywords: Sex education. Teenage pregnancy. Pedagogical coordination.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: DA LDB À BNCC.....	13
2.1 CONFIGURAÇÃO A PARTIR DOS ANOS 90.....	15
2.2 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA CONFORME A BNCC, O PNEDH E O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.....	17
3 A EDUCAÇÃO SEXUAL E GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA: DESAFIOS DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.....	23
3.1 A RELAÇÃO FAMÍLIA/ADOLESCENTE/ESCOLA PARA A PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.....	25
3.2 A EDUCAÇÃO SEXUAL E A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: PAPEL DA ESCOLA E DESAFIOS DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.....	27
4 A CONFIGURAÇÃO DA PESQUISA.....	32
4.1 ASPECTOS GERAIS DA PESQUISA.....	32
4.2 INSTRUMENTO E TÉCNICA DE COLETA.....	33
4.3 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	34
4.4 PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	35
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERENCIAS.....	44
APÊNDICE.....	48

1 INTRODUÇÃO

Segundo documento da ABRINQ, (2020), o percentual de nascidos vivos de mulheres na faixa etária de zero a 19 anos de idade em 2018, representou no cenário nacional 15,5% dos nascimentos gerais, e na região nordeste 18,7%. Números que demonstram que a gravidez na adolescência ainda se constitui um problema que merece atenção, tanto do ponto de vista da propositura de políticas públicas que diminuam sua incidência, como ainda demanda estudos que apontem alternativas para o trabalho educacional com os adolescentes.

Quando se fala em adolescente, compreende-se que se faz referência, a uma determinada faixa etária, a qual, conforme o aporte legal brasileiro, mas precisamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), se encontra entre 12 e 18 anos incompletos; no entanto, é preciso enfatizar que essa classificação se diferencia de país para país, dependendo muito mais da configuração cultural, social e econômica, as quais determinam as experiências factuais da vida. Estando a adolescência para além de uma questão meramente etária, ela se caracteriza por mudanças fisiológicas e psicológicas.

Como características fisiológicas temos: a primeira menstruação, crescimento dos seios, pelos, aumento do pênis e testículos, alterações na voz, entre outras. E como não só alterações hormonais que ocorrem, podemos destacar a adolescência como um período de variabilidade de humor, preocupação com a aparência física, conflitos internos e nos relacionamentos, oposição, insegurança e ansiedade diante das novas situações que surgem (HEILBORN ET AL, 2008).

Em 2017, Camila Abdo, psiquiatra e professora da Faculdade de medicina da USP (FM), coordenou uma pesquisa¹ denominada Mosaico 2.0, que consultou mais de três mil internautas entre 18 e 80 anos, para analisar o comportamento sexual brasileiro, e a pesquisa concluiu que a iniciação sexual dos brasileiros se concentra na faixa etária entre 13 e 17 anos de idade, isto é, em plena adolescência, e que 1/3 apenas faz uso de preservativos, mantendo-se assim, mitos e tabus em torno da prática sexual.

¹ Conforme divulgação <https://jornal.usp.br/?p=105255>

Nesse sentido, a revista *The Lancet*² publicou um relatório sobre o bem-estar e saúde dos adolescentes em maio de 2016, no qual se conclui que um dos fatores de maior influência nessa etapa da vida para doenças futuras é a prática de sexo desprotegido, sem preservativo. Prática essa que oferece uma série de riscos, sendo os mais comuns a gravidez indesejada e as DSTs.

No Brasil, a prática sexual precoce se traduz no alto percentual de gravidez na adolescência, conforme relatório da ABRINQ (2020) cerca de 30% dos recém-nascidos são filhos de mães adolescentes. Na Paraíba, de conformidade com os dados da Secretaria Estadual (SES) no ano de 2018, 10.000 adolescentes foram mães e destas, 456 estavam na faixa etária entre 11 e 14 anos.

Já em João Pessoa, dados do setor de estatística da Maternidade Municipal Cândida Vargas informam que no período de 2016 a 2018, foram registradas 17.604 gestantes na faixa etária entre 12 e 20 anos, o que representa uma média de 5.868 partos de mães adolescentes por ano.

Os números mostram a alta incidência de casos na Paraíba e a pertinência da realização de um estudo que aborde essa problemática na cidade de João Pessoa, onde os altos índices também desafiam a saúde pública e colocam em xeque a função da escola como agência educativa que muito pode contribuir para minoração dos casos, através de um trabalho de orientação desses adolescentes quanto a vida sexual e reprodutiva.

No trabalho em tela, a interação com o objeto de estudo iniciou-se no momento de ingresso na Universidade Federal da Paraíba, no curso de Pedagogia, quando deparei-me com o desafio de estudar e ao mesmo tempo lidar com a gravidez e a criação de filhos, fator que me chamou a atenção para a realidade de mães que ainda na adolescência precisam lidar com a gravidez e que na maioria das vezes optam pela desistência não só da escolaridade, mas dos sonhos para o futuro.

Mais tarde, já no decorrer do curso, ao conhecer as estatísticas alarmantes de gravidez precoce no Brasil, na Paraíba e mais especificamente na cidade de João Pessoa, a pretensão se materializou na feitura de um pré-

² A *The Lancet* está entre as mais antigas e prestigiadas revistas científicas da área médica do mundo. É publicada pela Elsevier no Reino Unido pelo Lacent Publishing Group.

projeto, no qual já delimitamos como questões de pesquisa: Como têm se dado a incidência da gravidez na adolescência entre alunos dos anos finais do ensino fundamental/Ensino Médio nas escolas pesquisadas? Em que medida a educação sexual tem contribuído para diminuir essa incidência, na visão dos coordenadores/as?

A partir dessas questões, optamos por desenvolver o estudo a partir do olhar do coordenador pedagógico, pois pensar nessa problemática levando em consideração o lugar profissional ocupado pelo pedagogo na escola, não só contribui para que se enumere pistas para a superação das questões que ainda limitam o trabalho com a Educação Sexual na Escola, como favorecem a reflexão sobre o papel da coordenação pedagógica face a dinâmica do ambiente escolar.

Com o público-alvo definido, partimos para o estabelecimento dos objetivos, geral e específicos, a saber:

Objetivo geral: analisar a contribuição da educação sexual na escola para a minoração da gravidez na adolescência, conforme a visão dos coordenadores pedagógicos.

Objetivos específicos:

- Levantar dados que delineie indicadores sobre a realidade da gravidez na adolescência no cenário estudado;
- Perceber a realidade das escolas estudadas no campo de pesquisa, em João Pessoa, quanto à gravidez precoce, e os desafios da coordenação pedagógica, face a gravidez na adolescência e à educação sexual;
- Compreender sobre o papel da coordenação pedagógica na proposição de alternativas e utilização da educação sexual como estratégia para prevenção da gravidez na adolescência.

Nesse sentido, optamos por realizar uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa, com o propósito de investigar a contribuição da educação sexual na escola para a minoração da gravidez na adolescência. Realizando para tanto, análise da temática a partir do ponto de vista das coordenadoras e coordenadores pedagógicos que trabalhem com os anos finais do ensino fundamental e com o Ensino Médio em escolas públicas e privadas do município de João Pessoa.

Para obtenção dos dados, tendo em vista as medidas restritivas pertinentes a pandemia do Covid -19, optamos por encaminhar via online um

formulário do google forms aos sujeitos da pesquisa, em forma de entrevista estruturada, isto é, aquela que ocorre a partir de uma série fixa de perguntas, com ordem invariável para todos os entrevistados.

Este procedimento justifica-se não somente por ser adequado a conjuntura da pandemia, mas por outras que importa destacar: rapidez na aplicação, facilidade de obter respostas, baixo custo financeiro, apresentação de respostas padronizadas na maioria das questões, maior facilidade na análise estatística dos dados obtidos.

Os dados obtidos foram devidamente alocados e deram origem a tabelas e gráficos pertinentes a cada questão colocada no roteiro da entrevista. Dados compilados que facilitaram a análise dos resultados, gerando interpretações, generalizações e inferências. Um processo revelador e prospectivo retratado nas conclusões do trabalho que ora se apresenta.

Quanto a sua organização, este trabalho apresenta a seguinte ordem estrutural: O primeiro capítulo trata da introdução, o qual apresenta de forma resumida e contextualizada o trabalho de investigação proposto; o segundo capítulo trata de resgatar o que tem sido a Educação Sexual na escola, as orientações dispostas em documentos oficiais e aporte legal até o lançamento da Base Nacional Comum Curricular em 2018. Na sequência, o terceiro capítulo trata de correlacionar a incidência da gravidez na adolescência com a educação sexual necessária, enfatizando para tanto o papel do coordenador pedagógico. No quarto capítulo são detalhados os aspectos gerais da pesquisa; o instrumento e técnica de coleta de dados; caracterização da amostra e o processo de tratamento de dados. Como conclusão, o quinto capítulo traz os resultados da pesquisa de forma explanada, a visão dos coordenadores pedagógicos acerca da Educação Sexual na escola e sua efetividade na prevenção da gravidez na adolescência, bem como são apontadas sugestões e perspectivas para uma melhor efetivação da Educação sexual no ambiente escolar.

2 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: DA LDB À BNCC

Os primeiros registros de trabalhos apontando a necessidade da implementação de programas de educação sexual na escola, remonta as décadas de 20 e 30, quando médicos e educadores se manifestavam favoráveis a adoção da educação sexual como prevenção a perversão sexual, as psicoses sexuais, a degeneração física e asseguaração da reprodução da espécie (BRUSCHINI & BARROSO, 1986).

Em 1930 a Educação Sexual foi incluída no currículo do Colégio Batista do Rio de Janeiro, fato que perdurou até 1954, quando o professor responsável foi processado e demitido. Até os anos 60 só escolas protestantes ou escolas não confessionais tinham atividades de Educação Sexual no seu currículo. A posição contrária da igreja católica quanto a inserção desse componente curricular até então, pode ser considerado o maior entrave (ROSEMBERG, 1985).

Os anos 60 foi o período de mais experiências de inclusão de programas de Educação sexual no Brasil. De acordo com Barroso & Bruschini (1982), Rosemberg (1985), Werebe (1978), relata-se que nesse período a igreja católica sofreu algumas mudanças não homogêneas, que viabilizaram maior interesse nesse assunto, e, redundaram em experiências em vários pontos do país, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Werebe (1977) revela que o trabalho desenvolvido principalmente em São Paulo, era realizado na perspectiva de orientação de grupo baseada na teoria de Carl Rogers, a qual fazia parte do horário regular de aula, mas distinguia-se das demais disciplinas pela forma dialogal assumida pelo professor de ciências que conduzia as reuniões, conforme Werebe (p, 230, 1977):

...a informação científica não constituía o objetivo principal visado, pois estava-se convencido de que esta informação por si só não poderia ter uma influência importante sobre a atitude dos adolescentes em relação ao sexo. Por essa razão, considerava-se essencial, nas reuniões, o estabelecimento de um clima favorável a livre expressão das dúvidas, inquietudes e falsas idéias que os alunos poderiam ter sobre a vida sexual.

Além do trabalho desenvolvido com os alunos, os profissionais envolvidos também participavam de um seminário formativo semanal, no qual também

participavam os pais, para que estes entendessem o trabalho da escola e pudessem compreender melhor os dilemas vivenciados por seus filhos.

Infelizmente, alguns acontecimentos políticos nacionais do final da década de 1960 e na década de 1970, fizeram com que a inserção da educação sexual na escola tomasse outro rumo, a saber: rejeição de projeto da deputada Júlia Steinbruch (PMDB/RJ) que propunha a inclusão obrigatória da Educação Sexual nos currículos de 1º e 2º graus (1968); Oficialização pelo Congresso Nacional de censura de livros e jornais (1970); posição oficial brasileira proferida no I Seminário Latino-Americano de Educação Sexual de que é a família que compete a educação sexual (1976) (FIGUEIRÓ, 1998).

Só em 1978, a Educação sexual volta a ganhar protagonismo, aconteceu nesse ano o I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas, além de outros eventos científicos, que renderam como fruto um projeto em escolas da rede municipal de São Paulo que foi desenvolvido durante cinco anos (1978 – 1982). Esse projeto era coordenado pelo orientador educacional e envolvia todos os professores da escola, mas em 1983, o projeto foi extinto (FIGUEIRÓ, 1998).

Em 1989, surge outro projeto de Educação Sexual na Escola na rede municipal de São Paulo, respaldado pelo então secretário de educação do município Paulo Freire e coordenado por Marta Suplicy. Esse Projeto perdurou até 1993, quando o então prefeito da cidade, suspendeu a verba para pagamento dos seus educadores (SUPLICY, 1994).

Na década de 1990, destaca-se as experiências ocorridas em Londrina relatadas por trabalho de FIGUEIRÓ (1997). Conforme o autor, o primeiro trabalho objetivando preparar educadores sexuais foi o curso “Atualização em Sexualidade Humana e Prevenção à AIDS” que tinha como objetivo maior o combate à AIDS, uma iniciativa do Grupo de Atendimento e Orientação a pacientes com AIDS do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina- UEL em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde.

Outro trabalho de destaque para a formação do educador sexual, destacado pela autora, é o Projeto Salto Para o Futuro que ofertou um treinamento de 26h para 1572 professores da rede pública de 20 cidades de Santa Catarina. Trabalhos relevantes, mas que por sua incipiência e falta de continuidade, não tiveram desdobramentos significativos no chão da escola.

Assim, a Educação Sexual chega a 1996, quando se promulga a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Educação Sexual passa a trilhar outros caminhos, embora ainda sem ser agregada ao currículo normativo da Educação Básica, mas com possibilidade real de ser efetuada em sala de aula.

2.1 CONFIGURAÇÃO A PARTIR DOS ANOS 90

A partir da década de 1990, o Brasil passou a sofrer pressão internacional para incluir a temática nos documentos oficiais e na legislação, pois o Brasil foi signatário dos seguintes documentos: Declaração mundial sobre Educação para Todos – Tailândia/1990; Projeto Educação para Todos – Senegal/2000. Documentos que discutiam questões relacionadas a vida sexual e que se comprometiam a favorecer o combate às desigualdades e discriminações sexuais e de gênero (LIMA, 2012).

Em 1994, o MEC através de Projetos Educacionais Especiais (SEPESPE) publica as Diretrizes para uma política de Educação Sexual com foco na promoção e a prevenção à saúde sexual e reprodutiva, mas em 1996, por ocasião da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, trouxe a educação sexual prospectada apenas de forma velada.

A eventual presença da Educação sexual pode ser presumida a partir de uma leitura perspicaz do Art 2º da LDB que define “a educação dever da família e do Estado”, “tendo a finalidade do pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania”; e do Art 3º que aponta os princípios “o ensino deverá se basear no respeito a liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996, p.1).

Em 1997, no entanto, com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) a Educação Sexual ganha novo fôlego, pois no volume 10, aparece como tema transversal “orientação sexual”. O volume apresenta o tema dividido em três eixos: corpo humano; relações de gênero e prevenção as doenças sexualmente transmissíveis /AIDS (BRASIL, 1997).

Em 1998, o MEC publica o Referencial Curricular para a Educação Infantil e em um dos seus volumes, aborda temas como: valorização da diversidade, conhecimento do corpo, sexualidade e gênero (BRASIL, 1998).

Ainda nessa trilha, em 2000 foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) o qual traz na parte das Ciências Humanas e suas tecnologias, referências ao desenvolvimento de um trabalho educacional com os adolescentes dessa etapa da educação básica sobre os papéis sociais frente a sexualidade (BRASIL, 2000).

Os anos que se seguiram trouxeram avanços consideráveis quanto ao entendimento da temática da sexualidade e de iniciativas para viabilização da Educação sexual na escola, como denota o quadro que segue conforme LIMA, 2012:

QUADRO I – AÇÕES DESENVOLVIDAS NA PERSPECTIVA DA VIABILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

ANO	AÇÃO	DELIBERAÇÕES
2002	PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS II (PNDH II)	Objetivo de garantir o direito à liberdade, os direitos a liberdade de expressão, liberdade religiosa e de orientação sexual
2003	RESOLUÇÃO À COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	Reconhecimento da diversidade de orientação sexual como um direito humano.
2003/2004	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES (SPM) E PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (PNPM)	Promoção de ações no processo educacional para a equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual.
2004	PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA (PBSH)	Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o 10 respeito ao cidadão e a não discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero; fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores/as na área da sexualidade;
2004	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (SECADI)	Objetivo de contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado para a valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.
2006	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)	Fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos/as

		trabalhadores/as da educação básica para lidar criticamente com esses temas.
2007	DECRETO 6.286/2007 INSTITUINDO O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)	Promover a saúde sexual e reprodutiva e a cultura da prevenção no âmbito escolar; e incluir temáticas de educação em saúde no projeto político pedagógico das escolas.
2010	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) PARA O DECÊNIO 2011-2020.	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária". Uma das estratégias para atingir esta meta é "implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

FONTE: Elaboração da autora, 2021

Apesar de todas essas ocorrências, na legislação e com a criação de programas e políticas para o trabalho com direitos humanos, que incluem a questão da sexualidade, nos anos que se seguem não se percebe avanços na prática escolar a qual continua limitando-se a discutir de forma tímida nas aulas de ciências conteúdos já tradicionais, mantendo uma distância entre a legislação e as práticas pedagógicas em sala de aula.

2.2 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA CONFORME A BNCC, O PNEDH E O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Historicamente, até meados dos anos 1990, a Educação Sexual na escola foi um tema considerado como tabu e, portanto, parte do chamado currículo oculto³ no ambiente escolar. A resistência em debater o tema da educação sexual considerado *interditado* enquanto conteúdo oficial, foi consequência de influências religiosas no campo do ensino e por falta de legislações

³ O currículo oficial condensa o aparato legal, enquanto o currículo real é o que se efetiva no cotidiano escolar, e que precisa da dialogicidade entre os saberes científicos, escolares e culturais para uma educação problematizadora, e não simplesmente, serem integrados. O que não está contemplado no currículo oficial submerge no real, e nesse contexto, o currículo oculto precisa ser discutido, porque fica exposto as discussões tidas como interditadas (CANDAU, 2009).

norteadoras/orientadoras/normatizadoras para este fim (ROSEMBERG, 1985). Ainda assim, diferentes movimentos sociais e entidades científicas e educacionais, impulsionaram essa necessidade em trabalhar o referido conteúdo na escola, como exemplo, no evento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), nos anos 1980, em que pesquisadoras sobre estudos de gênero debateram amplamente essa questão (ROSEMBERG, 1985), sendo que, até o contexto atual, ocorreu alguns avanços e muitos retrocessos, como refletimos no tópico antecedente.

Como já iniciada a discussão, em 1998, esse tema consubstanciou um dos temas transversais, constituídos a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Os temas transversais sugeridos foram: Educação e Trabalho, Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. O tema Orientação Sexual, através dos PCNs orientavam que ele fosse transversalizado com o “corpo humano” junto à matriz da sexualidade, relações de gênero, prevenções das doenças sexualmente Transmissíveis (BRASIL, 1998).

Ainda que, os PCNs tenham sido amplamente criticados pela formulação verticalizada imposta pelo Governo FHC (1995-2003), sem debate social e com um formato denso, com necessidade de Formação Continuada para professores/as, e sem recursos garantidos para esta finalidade, a incursão da temática de orientação sexual nos temas transversais foi reconhecida como “avanço”. No entanto, com tantos limites e poucas perspectivas de sua efetivação no cotidiano escolar, o MEC em 2003 (BRASIL, 2003), estimou que o tema não atingiu implementação em todas as escolas das redes públicas e particulares.

Segundo a pesquisadora Márcia Ângela Aguiar (2018), que estuda a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída em três versões, para a Educação Básica, entre 2015 e 2018, desde o contexto anterior à LDB de 1996, foi prescrito a necessidade de se ter uma Base Nacional Comum que orientasse o currículo a partir de um documento fruto das discussões envolvendo a sociedade e especialistas conteudistas. Vale retomar que, os PCNs se limitaram em “norteadores” para a ação dos currículos e não consistiam em Diretrizes Curriculares.

A autora cita o início da luta por uma BNCC democrática, quando no marco histórico de 1986, várias entidades (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação -Anped, Associação Nacional de Educação - Ande e Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), da Conferência Brasileira de Educação - CBE) elaboraram a “Carta de Goiânia” solicitando o tema “Educação na Constituinte”, para que fosse de fato estabelecida, a viabilidade de questões urgentes na educação brasileira, focalizadas numa perspectiva da educação pública de qualidade, gratuita e laica:

Na IV Conferência Brasileira de Educação, realizada de 2 a 5 de setembro de 1986, em Goiânia, Goiás, com o tema “Educação na Constituinte” e congregando mais de 6.000 participantes, foram aprovadas, na plenária final, proposições consubstanciadas na “Carta de Goiânia” encaminhada à Assembléia Nacional Constituinte, o que contribuiu para o capítulo da Constituição Federal de 1988 que dispõe sobre a Educação Nacional. Dentre as proposições aprovadas, podem ser citadas a defesa da universidade pública, gratuita e laica, ampliação de vagas no ensino fundamental e médio, a democratização da gestão da educação, a autonomia das universidades e a garantia de controle da política educacional pela sociedade civil (AGUIAR, 2018, p. 723)

Aguiar (2018), aponta três documentos legais em que o debate sobre a BNCC foi expresso: a Constituição de 1988; a LDB de 1996 e o Plano Nacional da Educação (2014). Sendo que na Constituição Federal (1988), o debate foi estabelecido com outra nomenclatura, a de “Formação Básica”:

Desde o início, o MEC tem afirmado que elabora a Base Nacional Comum Curricular para atender às exigências legais da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 1996) e do Plano Nacional de Educação. Contudo, na Carta Magna não se encontra a expressão BNCC, e, sim a referência à “formação básica comum” (p. 276)

Enquanto, na LDB (1996), a BNCC veio expressa, como necessidade para a educação brasileira, no artigo 26, nomeada, inicialmente, de BNC:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma Base Nacional Comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (AGUIAR, 2018, p. 276)

Nessa perspectiva, um importante destaque foi focalizado que desde 2014, após as Conferências Nacionais de Educação (CONAES), de 2010 e, principalmente, a de 2014, no Governo Dilma Rousseff (2011-2016), que a mobilização para de fato sistematizar a BNCC foi iniciada. O PNE de 2014 (Lei 15. 005/2014), estabeleceu na meta 2, que:

Meta 2, estratégia 2.2, que aparece explicitamente a expressão “base nacional comum curricular”. Política educacional e a base nacional comum curricular: o processo de formulação em questão Chama a atenção a transmutação ocorrida com um dos princípios da LDB referente aos “direitos e objetivos da aprendizagem e desenvolvimento”. A estratégia 2.1 da Meta 2 dispõe que o MEC, em articulação com os demais entes federados, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência do PNE, “elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental” , enquanto na estratégia 2.2 propõe-se pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, “a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental” (AGUIAR, 2018, p. 726-727)

Desta forma, o documento final da BNCC foi direcionado ao MEC, que tinha como ministro, o professor Fernando Haddad, e após outros trâmites no poder executivo foi enviado ao Congresso Nacional. Daí, por diante, o debate nacional, na sociedade, ficou bastante polarizado, por uma visão que não queria o debate de gênero na escola. Nesse sentido, foi elaborada uma narrativa solicitando a retirada do conteúdo sobre “ideologia de gênero” que visava discutir a “orientação sexual”, para ensinar sobre “identidades sexuais”, fora do “padrão moral da sociedade”.

Apesar do esforço de pesquisadores/as que estudam o campo científico dos estudos sobre Gênero, tentar esclarecer que tanto, gênero, quanto orientação sexual, identidade de gênero, identidade sexual são conceitos científicos e que precisavam ser estudados à luz dos conceitos e não dos “pré-conceitos”, e com os devidos ajustes de transposição didática, para cada modalidade de ensino, em 2016, com a mudança de governo⁴ da presidenta Dilma Rouseff para Michel Temer (2016-2018), o debate sobre esse ponto na sistematização da BNCC ficou acirrado, e na primeira versão da BNCC para o

⁴ Em 2016 houve o impeachment da presidenta eleita Dilma Rouseff sob alegação de crime fiscal (a chamada pedalada fiscal), e compreendida como um golpe político por outros setores da sociedade civil. Contexto muito acirrado sobre as questões dos estudos de gênero (AGUIAR, 2018).

Ensino Fundamental, em 2017, o debate sobre gênero foi retirado do texto legal da BNCC. Retirada esta, que tem sido considerado uma das maiores críticas à atual BNCC.

Do ponto de vista da base legal para esse tipo de ensino sobre “orientação sexual”, compreendemos que ele ainda está garantido, na interpretação de outros documentos que precisam ser implementados, por garantia e força legal. É o caso do Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos (PNEDH), lançado em 2003, que é uma política pública consolidada pelo Ministério da Justiça e sua interface para a Educação Brasileira, e possui o objetivo de assegurar justiça social com justiça curricular, através de princípios democráticos que garantam plena cidadania.

A estrutura do PNEDH, está dividida cinco eixos e linhas de ação: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não-Forma, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia. A formulação do PNEDH está balizada por outros documentos internacionais (Declaração sobre o Direito à Diversidade Cultural, da UNESCO, 2002) e a própria LDB (9394/96). E sobre os estudos no campo de gênero, está explícita a necessidade dos estudos sobre orientação sexual:

O PNEDH busca exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, **de gênero, de orientação sexual**, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações BRASIL, 2018, p. 12). (**Grifo nosso**).

No atual Plano Estadual de Educação da Paraíba com validade de metas para o decênio 2015-2025 (Lei nº 10.488, de 23 de junho de 2015), está orientando a discussão referente aos estudos sobre gênero e educação, no tema transversal “direitos humanos”, portanto, em sintonia ao que apregoa o PNEDH. Foi elaborado o artigo 10 (§10.1), com citação explícita do artigo 09 da Carta Interamericana:

Artigo 9 - A eliminação de toda forma de discriminação, especialmente a discriminação de gênero, étnica e racial, e das diversas formas de intolerância, bem como a promoção e proteção dos direitos humanos dos povos indígenas e dos migrantes, e o respeito à diversidade étnica, cultural e religiosa nas Américas contribuem para o fortalecimento da democracia e a participação do cidadão (PEE. PARAÍBA, 2015, p. 78)

Além disso, o Plano Estadual de Educação faz referência a Convenção da UNESCO, que já nos anos 1960, buscava eliminar quaisquer tipos de discriminação no campo do ensino.

Estabelecendo, ainda, que:

Se a educação “para pensar certo”, nas palavras de Paulo Freire (1996, p. 17), defende “a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação”, a reflexão crítica de atitudes, comportamentos e/ou práticas discriminatórias de raça, classe, **gênero e identidade de gênero, orientação sexual**, convicção religiosa ou de qualquer outro tipo de preconceito precisa alcançar patamares mais elevados de construção equitativa da formação humana crítica – finalidade maior da educação (PEE. PARAÍBA, 2015, p. 78). **(Grifo Nosso)**.

E, com isso, o Plano Estadual de Educação apresenta a Meta 13: “Implementar a Educação em Direitos Humanos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino na Paraíba”. Sendo uma de suas estratégias:

Estratégia 13.5: Estimular os estudos de educação em direitos humanos **e de diversidade**, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar, transdisciplinar e transversal, articulando-os à promoção dos direitos humanos (meta do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos). educação (PEE. PARAÍBA, 2015, p. 81). **(Grifo Nosso)**.

Por este contexto, é necessário saber como esse tema está presente na escola e como os coordenadores/as estão acompanhando, a partir de qual referencial normativo, orientando essa inclusão temática tão necessária para a prevenção da gravidez na adolescência.

3 A EDUCAÇÃO SEXUAL E GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA: DESAFIOS DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA

A adolescência é uma fase muito crítica, pois é nela que os jovens estão se descobrindo enquanto cidadãos, pessoas, e indivíduos, em meio a uma sociedade efervescente de conhecimentos, e informações diversas. Essa transição entre a infância e a fase adulta é vista não apenas como uma mudança física, mas, como um processo psicológico.

O adolescente vive um período novo em sua vida, buscando, encontrar como definir o seu papel dentro do círculo social no qual está inserido. Nessa nova fase de transição da vida para a idade adulta, novas relações interpessoais são vivenciadas e estabelecidas, por meio da interação com um grupo de iguais. (BRETAS, 2008, p.405).

Os jovens neste período de descoberta da sexualidade ainda não estão prontos para diagnosticar o tamanho e a importância de seus atos e da responsabilidade que suas ações acarretarão ou não em suas vidas; ainda não dimensionam as consequências, pois todo esse leque de descobertas é de grande complexidade segundo Alves & Brandão (2009):

A sexualidade propicia o aprendizado da autonomia, fomentando o processo de construção de si na adolescência e juventude. Compreendida como mediadora de relações sociais, ela condensa possibilidades de exercício da autonomia pessoal, tendo em vista que os contatos afetivo-sexuais juvenis encontram-se menos atrelados ao casamento e mais voltados ao desenvolvimento pessoal e interação com o outro.

No entanto, essas descobertas sexuais se não forem amparadas em orientações corretas e seguras podem trazer danos irreparáveis a saúde física e mental, bem como à vida social desses adolescentes. Dentre os vários problemas enfrentados pelos jovens na formação de sua identidade, durante a adolescência, a gravidez destaca-se, por ser um evento que vem a desestruturar não apenas suas vidas, mas também as de suas famílias.

A gravidez na adolescência ao longo dos anos, tem se constituído como um dos grandes problemas de saúde pública no Brasil", e alguns fatores são preponderantes para sua ocorrência, dentre eles destacam-se: iniciação sexual precoce; falta de acesso à informação sobre sexualidade, reprodução e anticoncepção; desestruturação familiar; ausência de projetos pessoais;

persistência de padrões tradicionais rurais de maternidade precoce; influência da mídia; pouca escolaridade aliada à pobreza e à falta de orientação familiar quanto aos métodos contraceptivos, são algumas das causas mais comuns que, normalmente, aparecem associadas (GOMES, ET AL 2002; XIMENES NETO, 2007).

Nas últimas décadas, são vastas as discussões a respeito da adolescência, com um foco muito maior no que diz respeito às complicações e às repercussões da gravidez nessa fase, pois mesmo sendo uma gestação desejada a jovem mãe não está livre de enfrentar alguns graves problemas, (MOREIRA, et al 2008) como, por exemplo, a presença de comorbidade no período gestacional, hipertensão, infecção do trato urinário, corrimento vaginal patológico, que é muito mais comum entre adolescentes do que em outras idades (VICTORA, 2001).

Essas ocorrências podem ser atribuídas à falta de cuidado com a saúde, cuidados que são extremamente necessários quando se está grávida, principalmente quando o corpo, a mente e a identidade da jovem mãe ainda estariam em processo de construção. Outro fator a considerar é que a adolescente cabe a tarefa de assumir a responsabilidade por uma outra vida, quando ainda não assumiu a responsabilidade por sua própria subsistência, sendo assim não incomum que alguns desses “pais” em potencial decidam por se desfazer desse futuro “problema”.

Segundo Costa (2002), as adolescentes que abortam em sua grande maioria, são vítimas de falta de informação, da deficiência no atendimento médico, da solidão e da falta de comunicação na família.

É certo que a fora os problemas de ordem fisiológica decorrentes da gestação precoce, e as dificuldades de ordem psicológica para criar os filhos, somam-se uma série de agravantes, tais como: o incremento de pobreza; aumento do número de famílias monoparentais; constituição de família numerosa; esterilização precoce via ligadura de trompas; evasão escolar; precária inserção no mercado de trabalho.

Devemos destacar aqui que a gravidez precoce não é um problema exclusivamente feminino, ou seja, não acomete apenas às garotas. Não podemos esquecer que muito embora os garotos não possuam as condições biológicas indispensáveis para gerar um filho, sabemos que este não é

concebido por um único indivíduo. E se a difícil missão de carregar o bebê no ventre cabe apenas às meninas, a elas atribui-se também todas as dificuldades após o nascimento, o rapaz não pode se abster de sua parcela de responsabilidade. Sem dúvidas, a chegada de um filho ao seio de uma família não provoca mudanças apenas à vida da mãe, mas também na vida do pai, bem como das famílias de ambos que tem de passar pelo difícil processo de adaptação a uma situação imprevista e inesperada.

As questões levantadas são muitas, e espera-se ao fim do processo investigativo, que se possa apontar com clareza, caminhos e trilhas não só para as escolas, mas também para as famílias, para que essas instâncias possam conjuntamente garantir um futuro mais promissor e livre de surpresas desagradáveis para seus jovens, ao menos no que diz respeito à educação sexual e prevenção da gravidez na adolescência.

3.1 A RELAÇÃO FAMÍLIA/ ADOLESCENTE/ESCOLA PARA A PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Partindo do pressuposto que os adolescentes tenham uma família, supõe-se que cabe primeiramente a ela, o dever de orientar estes adolescentes para que venham a compreender sua sexualidade, as transformações pelas quais passam seu corpo, sua capacidade reprodutiva, bem como os prazeres, perigos e responsabilidades pertinentes a esta fase, para que possam prevenir-se da maternidade ou paternidade sem planejamento.

Logo, uma das hipóteses levantadas para o não esclarecimento desses jovens em seus lares, seria de que seus pais também não tiveram esse tipo de educação, pois temas assim eram tidos como “pornográficos”, não sendo discutidos por vergonha ou mesmo ignorância, todavia “[...] o jovem procura sempre, para conversar, pessoas em quem realmente confia, e não pessoas que tenham a intenção de normatizar seu comportamento, de lhe dar conselhos ou até de querer brincar com seus sentimentos.” Pocovi (1998, p.145).

Entretanto, não cabe apenas à família o dever de educar sexualmente as crianças, jovens, e adolescentes, recaindo também sobre a escola essa responsabilidade, levando-se em conta que é nela que os adolescentes passam

grande parte do seu tempo e é nela também que acontecem as principais relações interpessoais e afetivas nessa fase.

A escola é o ambiente social no qual o indivíduo passa grande parte de sua vida, e é um dos principais elementos para contatos interpessoais, por isso deve contribuir para o desenvolvimento de uma educação sexual que promova no adolescente senso de auto-responsabilidade e compromisso para com a sua própria sexualidade. (COSTA, LOPES, 2001; 77)

Mesmo as escolas já tendo se incumbido de levar essa educação sexual aos seus alunos, baseando-se nos livros didáticos e campanhas educativas, se tem claro que apesar de importante, o conhecimento biológico não é o suficiente, pois os aspectos socioculturais, históricos e emocionais, são de fundamental importância quando se deseja trabalhar à educação sexual. Contudo, não se pode esquecer jamais que, essa educação sexual nas escolas deve se dá em âmbito pedagógico, através de dinâmicas, abordagem temática problematizada, e questionamentos sobre o tema, portanto não deve ser de caráter terapêutico.

A escola deve discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes na nossa sociedade, relacionados à sexualidade. Isso, sem ditar normas de “certo” ou “errado”, o que “deve” ou “não deve” fazer ou impor os seus valores, acreditando que é melhor para o seu aluno – o que pode não ser! O papel do professor é ser mais um “dynamizador de ideias” do que um “expositor da matéria. (PCN, p. 83, 1997)

A educação sexual deve ser, portanto, um trabalho planejado e sistematizado, buscando o interesse dos alunos, por meio do qual possa abrir um canal para discutir as questões sexuais, mas não em qualquer circunstância, e sim que se tenha um projeto político pedagógico o qual, para ser considerado “eficiente” a educação sexual, (em caráter explicativo e preventivo) seja efetivada, como matéria a ser dada com a duração de 45 minutos e ao menos uma vez por semana. (GTES, 2007).

Entende-se também que a dificuldade em abordar o assunto sexualidade, mesmo que em caráter preventivo, não atinge apenas as famílias ou as escolas enquanto instituições de ensino, os professores por muitas vezes tem esse receio, temendo críticas por parte dos familiares e responsáveis, esses temores já a alguns anos puderam ser deixados de lado, pois há na legislação brasileira parâmetros que garantem ao aluno o direito a esse tipo de educação, ao mesmo

tempo em que resguarda o professor, dando-lhe uma maior segurança para a abordagem, e livre discussão do tema em ambiente escolar. (COIMBRA, 2012).

Embora amparado pela lei deve-se levar em conta que, para que seja desenvolvido com êxito, são de fundamental importância à compreensão e participação tanto do aluno quanto da família como sujeitos atuantes nesse processo de esclarecimento e prevenção, não apenas da gravidez na adolescência, mas também de tantos outros problemas relacionados à sexualidade, pelos quais muitos jovens são acometidos. (PCN, 1997).

Não se pode esquecer, no entanto, é que a gravidez na adolescência é também um problema de saúde pública e que apesar do aumento da atenção com as necessidades desse público em particular na Atenção Básica, existem ainda muitas lacunas quando nos referimos aos programas de educação em saúde e de prevenção que deveriam estimular o uso de preservativos e contraceptivos, além de que as políticas públicas direcionadas às jovens gestantes são praticamente inexistentes (AMORIM, et al, 2009).

Fatores que colaboram para a falta de conhecimento da adolescente quanto aos métodos de prevenção e para o aparecimento de uma gravidez indesejada e de suas possíveis complicações, justificando-se então, o quão se faz necessária a prevenção e o controle na vida sexual dos adolescentes, consequentemente podendo evitar uma gravidez precoce e/ou indesejada.

Nesse sentido, cabe, a família e aos profissionais da educação, aprimorarem a escuta, investirem no fortalecimento dos vínculos com o adolescente, para a garantia do acesso a informações e aos métodos contraceptivos, através de ações coletivas que possam vir a auxiliar estes no entendimento de como lidar com sua sexualidade e autocuidado.

3.2 A EDUCAÇÃO SEXUAL E A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: PAPEL DA ESCOLA E DESAFIOS DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

A escola é um espaço onde a educação sexual precisa sair da marginalidade e ser discutida, pois somos educados para a sexualidade desde que nascemos e nada mais natural do que socializarmos esses conhecimentos e experiências no espaço escolar, de forma natural e sistemática, como uma das várias dimensões humanas (RODRIGUES, SALLES, 2011).

A escola, no entanto, tem sido historicamente uma instituição assexuada, e mesmo diante de dados alarmantes de gravidez precoce e de casos de doenças sexualmente transmissíveis entre adolescentes, a escola parece não se engajar na construção de informações corretas e conhecimentos confiáveis para que os adolescentes organizem de forma plena sua formação, livre de preconceitos e tabus.

Enquanto a escola tem uma atuação tímida nesse tocante, há uma avalanche de conteúdos sobre sexualidade e sensualidade na tevê, no cinema, nas mídias sociais de fácil acesso via internet. Conteúdos que desinformam e que estimulam a prática sexual precoce, desprotegida e desequilibrada.

Nesse sentido é válido se inferir que a adoção de programas de educação sexual nas escolas, onde os alunos possam ter à sua disposição informações corretas sobre anticoncepção, transmissão sexual de doenças, bem como possam usufruir de segurança emocional e de um canal confiável de comunicação para dirimir as dúvidas que sempre permeiam essa área, são imprescindíveis para o desenvolvimento de responsabilidades e atitudes ligadas com a sexualidade do ser humano, e para a promoção de bons comportamentos (MATOS et al., 2014; RAMIRO et al., 2011).

Para que a escola se constitua como esse lugar, onde os alunos se sintam seguros para compartilharem experiências, conhecimentos e dúvidas sobre sua sexualidade, assunto que oscila entre o privado e o público, é necessário que a escola seja um ambiente onde se firme um elo de confiança entre os alunos e os profissionais que nela atuam.

Ao estabelecimento da confiança segue-se o diálogo sobre a sexualidade, no qual a formação científico-cultural seja intercalada e dependente das demandas, necessidades e expectativas dos adolescentes. Diálogo esse, definido aos moldes da pedagogia de Freire (1987, p, 39):

(...) o educador já não é o que pensa e educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem junto e em que os “argumentos de autoridade” já, não valem. (FREIRE, 1987, p. 39)

A Educação Sexual assim colocada tem o potencial de propiciar aos adolescentes conhecimento, questionamentos e reflexão, além de estabelecer

um clima de respeito, no qual podem ser discutidos valores, crenças e a pluralidade de ideias quanto a sexualidade e a prática sexual, podendo assim construir posicionamentos e comportamentos saudáveis.

A realidade nas escolas, no entanto, aponta que as dificuldades de abordagem da sexualidade vivenciadas na família, também são reproduzidas no ambiente escolar. Na família, primeira agência responsável por essa orientação, o sexo quase sempre é visto como obsceno, proibido, um assunto eivado de tabus e preconceitos (MOIZÉS; BUENO, 2010); na escola, essa realidade se reproduz através do silenciamento, da apatia diante dos casos de gravidez precoce e DSTs.

Um dos fatores limitantes para que a escola não trabalhe a Educação Sexual de forma interdisciplinar é que a maioria dos professores, mesmo licenciados, nunca tiveram formação para trabalhar esses conteúdos na sala de aula (OLIVEIRA et al,2013); sendo os assuntos relativos a reprodução, tratados de forma curricular e tradicional pelos professores da área de Ciências e Biologia, que têm formação específica para trabalhar esses conteúdos com maior propriedade (HOLANDA et al,2010).

Nesse contexto e levando em consideração as atribuições do coordenador pedagógico, o qual a partir da LDB 9394/96 assumiu o papel de profissional formador, conforme Libânio (2001) responsável pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, cabe a complexa tarefa de fazer acontecer no espaço escolar a Educação Sexual, respondendo as necessidades e perspectivas dos adolescentes. No entanto, esse papel não tem sido assumido em sua plenitude, por não ser uma tarefa fácil, como nos alerta Franco (2008, p,128):

Essa tarefa de coordenar o pedagógico não é uma tarefa fácil. É muito complexa porque envolve clareza de posicionamentos políticos, pedagógicos, pessoais e administrativos. Como toda ação pedagógica, esta é uma ação política, ética e comprometida, que somente pode frutificar em um ambiente coletivamente engajado com os pressupostos pedagógicos assumidos.

Numa escola historicamente assexuada, assumir uma postura mais ousada, exige da coordenação pedagógica compromisso político, ético; entendimento científico, e sobretudo, abertura para questionar os próprios preconceitos e tabus para dialogar com os professores, pais dos alunos e com

os adolescentes no cotidiano escolar. Para tanto, a coordenação assume o papel na mediação do diálogo com todos os protagonistas da escola, em busca de uma educação de qualidade que forme o aluno em todas as dimensões de sua vida, inclusive na sexual (GRINSPUN, 2006).

Nesse sentido, cabe a coordenação um grande número de atribuições, causando sobrecarga de trabalho e a distanciamento do foco do seu fazer profissional: conferir qualidade ao processo educacional. Desse modo, Lima e Santos (2007, p.82) chamam a atenção:

Ao coordenador pedagógico é solicitada a realização de qualquer tipo de atividade cujo responsável está impossibilitado de desenvolvê-la por sobrecarga, indisponibilidade ou pela ausência desse profissional na escola, assim, ele se torna um “faz tudo”. Fica sob sua responsabilidade realizar trabalhos burocráticos e de secretaria, substituir professores, aplicar provas para aliviar sobrecarga de horário, resolver problemas com pais e alunos.

Ao assumir essas tarefas, a coordenação pedagógica da escola deixa de assumir atribuições que só a ela cabe desenvolver, atribuições destacadas por Franco (2008), Miziara (2008), Souza, Seixas e Marques (2013), tais como: Integração dos profissionais da escola; articulação das ações pedagógicas, através da construção e execução do planejamento escolar; adequação dos processos de ensino e de aprendizagem às demandas sociais da comunidade escolar; Organização de um trabalho educativo coletivo, democrático e interdisciplinar; Estabelecimento de diálogo entre os protagonistas do trabalho escolar: alunos, profissionais de educação e pais, para resolução de conflitos; Viabilização do cumprimento da legislação educacional vigente no cotidiano da escola; Investimento permanente na atualização científica, pedagógica e cultural dos profissionais da escola; Estar atento as novas tecnologias de comunicação e informação, incluindo-as no cotidiano escolar; Legitimação de ações que promovam a igualdade entre todos, o exercício da democracia, da cidadania e equidade social.

Ao refletir sobre as atribuições acima colocadas, é observável que a coordenadora pedagógica/ coordenador pedagógico cabe a função de ser o agente de transformação do ambiente escolar, a medida que cumpre bem o seu papel bem resumido por Medina (2002, p. 51) quando afirma que:

[...] é indispensável a ação de um profissional que, além de possuir competência teórica, técnica, humana, política, disponha de tempo necessário para tornar possível a relação entre vivências dos alunos fora da escola e o trabalho do ensinar e aprender na escola. Esse profissional é o pedagogo, que define sua função pedagógica quando contribui para a melhoria do processo de ensinar e aprender por meio de ações que articulam as demandas dos professores com os conteúdos e as disciplinas.

No contexto da escola, se faz necessário um profissional que se coloque a serviço da mudança, a medida em que se conecta com a realidade da comunidade escolar e consegue mobiliza-la para construir um conhecimento atualizado, contextualizado e voltado para a formação humana em todas as suas dimensões, inclusive a sexual.

4 CONFIGURAÇÕES DA PESQUISA

Compreende-se que a definição dos contornos do trabalho de pesquisa é um processo que ocorre de forma progressiva, a medida em que o contexto situacional se aclara o pesquisador elege o problema a ser elucidado, o público-alvo a ser consultado, os objetivos, geral e específicos, bem como, as demais etapas que seguem, todas regidas por regras e normas científicas.

4.1 ASPECTOS GERAIS DA PESQUISA

Este estudo se caracteriza como sendo uma pesquisa quantitativa com tratamento estatístico e qualitativa, do tipo pesquisa de campo, que segundo Chizzotti (2003, p.221):

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles.

O termo qualitativo também diz respeito à partilha da vivência, fatos, locais e experiências do objeto de estudo com o pesquisador, que extrai desse convívio os significados visíveis apenas para àqueles que possuem uma maior sensibilidade investigativa e olhar crítico para interpretar os significados do seu objeto de estudo.

Na abordagem qualitativa o pesquisador/pesquisadora procura compreender o fenômeno em foco, cumprindo pelo menos três etapas básicas do processo de investigação: interação entre o objeto de estudo e pesquisador; registro de dados; interpretação/explicação do pesquisador (GUERRA, 2014).

Vale retomar as seguintes questões norteadoras da pesquisa: Como têm se dado a incidência da gravidez na adolescência entre alunos dos anos final do ensino fundamental/ Ensino Médio nas escolas pesquisadas? Em que medida a educação sexual tem contribuído para diminuir essa incidência na visão dos coordenadores/as?

Para consecução do primeiro objetivo de levantar os índices de gravidez na adolescência do cenário nacional e local, fizemos o apanhado dos números divulgados no anuário da ABRINQ (2020), dados da Secretaria Estadual de Saúde e números do setor de estatística da Maternidade Municipal Cândida Vargas, dados referentes ao período 2016 – 2020, subsidiaram a construção do capítulo introdutório do estudo.

Ainda na fase de estabelecer contato com o objeto de estudo, partimos para a consecução do segundo objetivo, para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica, fazendo a leitura acurada de publicações acerca da Educação sexual, a trajetória histórica de seu ensino, suas prerrogativas e limites.

Para esse estudo nos acostamos nos trabalhos de: BRUSCHINI & BARRASO (1986); ROSEMBERG (1985); WEREBE (1977,1978); FIGUEIRÓ (1997, 1998); LIMA (2012); além de documentos oficiais e do aporte legal educacional brasileiro com relação a Educação Sexual.

Com base na leitura reflexiva desses textos, sistematizamos o segundo capítulo, recuperando a linha do tempo da Educação Sexual, seus limites e necessidades, bem como os desdobramentos do aporte legal no cotidiano escolar.

De posse desse acervo de conhecimentos, partimos para o trabalho de campo que a priori tinha sido pensado de forma abrangente, envolvendo coordenação pedagógica, docentes e alunas; no entanto, em virtude da pandemia do Covid-19 e as medidas restritivas que fecharam as escolas desde de março de 2020, optamos por focar na coordenação pedagógica de quatro escolas da cidade de João Pessoa, denotando assim o ponto de vista desses profissionais quanto a problemática levantada: a educação sexual como estratégia preventiva da gravidez na adolescência.

4.2 INSTRUMENTO E TÉCNICA DE COLETA

Para atingir o objetivo de perceber a realidade de escolas de João Pessoa, quanto gravidez precoce e a educação sexual, de forma adequada ao contexto da crise sanitária vivenciada, fizemos opção pela utilização de uma ferramenta que nos possibilitou a conexão com os sujeitos da pesquisa, a saber: o google

forms. Uma ferramenta criada pelo google forms para captação de dados através da criação de formulários acessíveis e de fácil preenchimento.

Para operacionalizar a coleta, foi criada uma conta google da pesquisa e através dela elaborado um formulário de pesquisa com questões fechadas e abertas, o qual foi disponibilizado via WhatsApp, a dez componentes da coordenação pedagógica de escolas do Ensino Fundamental e médio em João Pessoa.

O formulário do google forms, se constituiu como instrumento utilizado para responder as necessidades de uma abordagem qualitativa que tem como objetivo fornecer “os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação” Gaskell (2002, p. 65).

Nesse sentido, é importante também enfatizar que o formulário tencionou descrever a visão dos sujeitos da pesquisa, característica do método qualitativo, no qual se almeja favorecer a apresentação de uma descrição detalhada do fenômeno estudado como “base para construir um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica” (GASKELL, 2002, p. 65).

Durante o período de trinta dias, aguardamos o recebimento dos formulários respondidos; com o período cumprido, foi registrado o recebimento de 50% dos formulários que formaram a amostra: cinco escolas e cinco profissionais de coordenação pedagógica.

4.3. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

As escolas contempladas pelo estudo em tela, não terão seus nomes registrados no estudo, serão denominadas no texto por ordem de chegada dos formulários, sendo designadas como “Escolas Pesquisadas (EP), seguindo-se dos números 1,2,3,4,5; já os profissionais também terão seus nomes preservados, sendo designados como Coordenador Pedagógico (CP), seguindo-se do número por ordem de 1 a 5.

A EP1, trata-se de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, localizada na zona oeste da cidade.

A EP2 também é uma Escola Municipal da Zona Norte;

A EP3, trata-se de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de regime integral, localizada na zona sul da capital;

A EP4 é uma escola do Sistema S, de direito privado, que atende prioritariamente a filhos de trabalhadores de setor produtivo determinado, sendo as mensalidades subsidiadas via contribuição compulsória, constando só de uma taxa de serviços. A escola está situada na zona oeste da cidade, mas atende a alunos de diferentes bairros, no Ensino Fundamental e Médio.

A EP5 é uma escola militar, de Ensino Fundamental, estando estabelecida em área nobre da capital paraibana.

Quanto aos sujeitos pesquisados são, portanto, cinco pedagogos que respondem pela coordenação pedagógica dessas escolas. A amostra da pesquisa será composta assim por: cinco escolas e cinco membros de suas coordenações pedagógicas.

4.3 PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS

Encarar o desafio de analisar os dados, é sobretudo ter a coragem de mergulhar na realidade concreta que permeia o objeto central do estudo, e nesse sentido, Freire (1981, p. 44) adverte:

Para muitos de nós, a realidade concreta de certa área se reduz a um conjunto de dados materiais ou de fatos cuja existência ou não, de nosso ponto de vista, importa constatar. Para mim, a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade

Para esse trabalho, optou-se por uma linha investigativa interpretativa, por ser esta adequada a abordagem do objeto, imerso na realidade social; realidade revelada na interação entre a pesquisadora e os atores sociais que expuseram ao crivo científico suas experiências e vivências do cotidiano escolar.

O caminho interpretativo por sua vez, de forma compulsória encaminhou a análise de dados para o método indutivo, através do qual a autora de forma gradual e constante, a partir de padrões encontrados nos dados pode desenvolver conceitos, ideias e entendimentos pertinentes ao objeto.

O tratamento dos dados da pesquisa, ocorreu em duas fases, conforme recomenda Gil (1999, p. 168):

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos

A fase de análise foi favorecida pelos mecanismos agregados ao google forms, que organiza os dados em tabelas e em gráficos facilitando a leitura e compreensão dos mesmos. Já a fase interpretativa, realizou-se à luz dos conhecimentos expostos no aporte teórico do estudo.

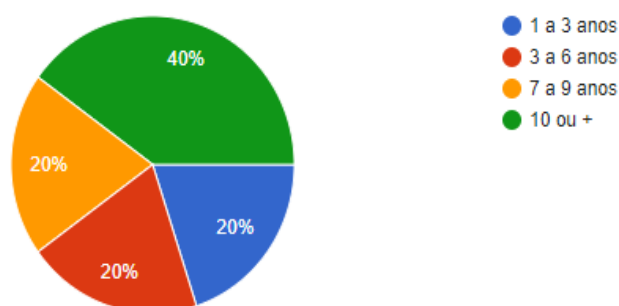
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De conformidade com os dados coletados, consideramos importante socializar, inicialmente, dois dados que compõem o perfil dos respondentes da pesquisa. O primeiro deles é quanto ao sexo, dos cinco coordenadores participantes da amostra apenas um identificou-se como de sexo masculino, enquanto que os demais se identificaram como do sexo feminino.

A identificação confirma a educação como um setor historicamente predominante de mulheres. A partir dos anos de 1800, quando surgiram as primeiras escolas primárias no Brasil, que as mulheres assumiram essa função educativa como uma sequência natural da maternidade, fator que ainda hoje se constitui como uma realidade (DEMARTINI, ANTUNES, 1993).

O segundo dado do perfil, diz respeito ao número de anos de experiência na função de coordenação pedagógica, dados que estão resumidos no gráfico que segue:

GRÁFICO I – EXPERIÊNCIA DOS COORDENADORES RESPONDENTES

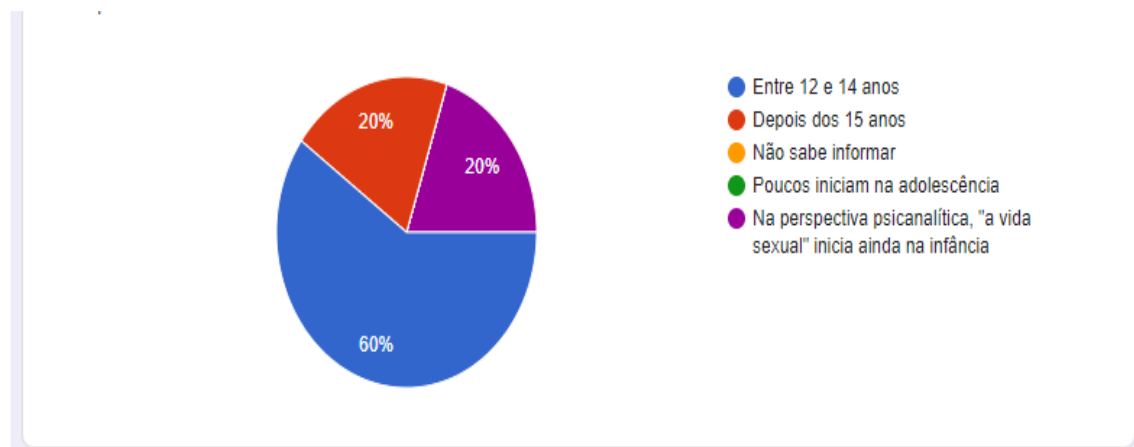


FONTE: Elaboração da autora, 2021

Considerando que 60% dos respondentes informa que já desenvolvem as funções de coordenação pedagógica há mais de sete anos, e que, portanto, detém a experiência de terem convivido profissionalmente com diferentes equipes pedagógicas, milhares de alunos e inúmeras famílias, inferimos que essa experiência profissional agrega aos dados coletados relevância e fidedignidade.

Adentrando ao tema propriamente dito do estudo, o formulário questionou, se de acordo com a experiência e conhecimento dos profissionais respondentes, qual a faixa etária de iniciação sexual dos alunos, no que foram obtidos os seguintes dados:

GRÁFICO II – FAIXA ETÁRIA DE INICIAÇÃO SEXUAL DOS ALUNOS CONFORME COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



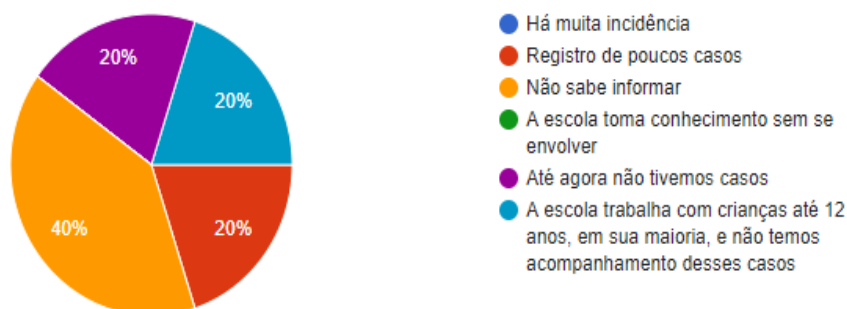
FONTE: Elaboração da autora, 2021

De conformidade com os dados, 60% inicia a prática sexual entre 12 e 14 anos, 20% depois dos 15 anos, confirmando os dados nacionais, não só no que diz respeito a faixa prioritária de iniciação, como que é na fase da adolescência que 80% dos brasileiros inicia a prática sexual, quando ainda não tem condições físicas e emocionais para lidar com as consequências biológicas, sanitárias, psicológicas e econômicas que esse passo representa na vida de uma pessoa.

Também era de interesse do estudo certificar-se quanto a incidência de DSTs notificadas na escola, de conformidade com os dados da OMS em cada quatro mulheres adolescentes, uma tem DST. Sendo as mais frequentes, a bactéria *Chlamydia Trachomatis* e o HPV (papilomavírus humano), e para evitar a expansão dessas DSTs, o Ministério da Saúde (desde 2014) tem disponibilizado vacina contra o HPV para meninas entre 9 e 14 anos, e meninos de 11 a 14 anos.

No entanto, como podemos observar nos dados da sequência, esses casos ainda moram na invisibilidade na escola:

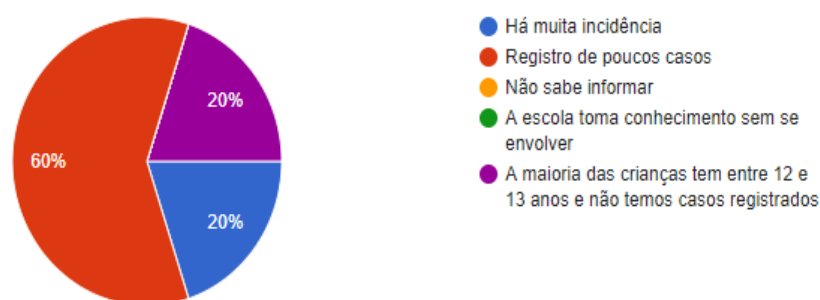
GRÁFICO III – INCIDENCIA DE CASOS DE DSTs NA ESCOLA, CONFORME COODENAÇÃO PEDAGÓGICA



FONTE: Elaboração da autora, 2021

Já no caso da gravidez precoce, a incidência é notificada, como vemos no gráfico da sequência:

GRÁFICO IV – INCIDENCIA DE GRAVIDEZ PRECOCE, CONFORME COODENAÇÃO PEDAGÓGICA



FONTE: Elaboração da autora, 2021

De acordo com os profissionais respondentes, a escola toma conhecimento de poucos casos de DSTs, fato que se justifica por serem infecções pouco aparentes à primeira vista, podendo ser escondidas pelo adolescente. Enquanto que toma conhecimento de casos de gravidez precoce, por serem aparentes. Embora 60% afirme ser pequeno o número registrado, o que também permite fazer inferência de que, se existe um número elevado de adolescentes que engravidam, nos dados oficiais, essa discrepância em relação

aos dados das escolas, pode ser pelo fato das estudantes evadirem, ou mesmo, algumas não levam a frente a gravidez.

Ainda nos chamou a atenção, o registro de gravidez na adolescência feito pelo CP1, que alegou uma alta incidência de gravidez precoce na escola de atuação. A Escola em questão, EP1, trata-se de uma escola de Ensino Fundamental da zona oeste da cidade, localidade onde reside parcela da população com baixo poder aquisitivo e pouco acesso a informações. O que confirma os dados oficiais, que apontam relação sólida entre pobreza e gravidez na adolescência.

Segundo a ordem das questões colocadas, foi solicitada a informação sobre a área curricular que essas questões são abordadas, alguns fatores chamaram a atenção:

- A maioria das escolas trata dos temas nas disciplinas de Ciências e Biologia, confirmando a tendência mais comum da realidade escolar;
- Uma escola apresenta uma complementariedade dessas questões nas Unidades Curriculares Filosofia e Sociologia;
- Uma escola trabalha com uma Unidade Curricular para tratar de questões mais ligadas a ética, ao comportamento em sociedade denominada “Orientação Humana”, a qual por sua nomenclatura sugere um encaminhamento tradicional e conservador dessas questões.

A maioria das escolas trabalha as questões referentes a gravidez na adolescência e outras decorrentes a prática sexual nessa fase da vida, de forma pontual através de palestras, sem que estas estejam ligadas a projetos específicos ou a Educação Sexual propriamente dita. Apenas uma escola, a EP5, diz ter um projeto de Educação em saúde, que trabalha a questão da saúde de forma geral.

De forma unânime os coordenadores respondentes reconhecem a necessidade de estruturar um trabalho específico que aborde as questões da sexualidade na adolescência, de forma mais organizada e sem a pontualidade clássica que caracteriza a organização pedagógica da maioria das escolas.

Ainda nessa direção, um dos respondentes sugere o envolvimento da família nesse trabalho.

Também como sugestão de trabalho, um coordenador respondente, (CP2), enseja como medida de melhoria desse cenário na escola, um maior investimento na formação de professores, para que todos, não só os da área de Ciências e Biologia, possam trabalhar de forma interdisciplinar esses temas através de atividades diferenciadas, dinâmicas e sobretudo, ganhando a confiança dos alunos, para que assim a Educação Sexual possa realmente ser uma estratégia para minoração da gravidez na adolescência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Sexual corresponde a um conteúdo em disputa enquanto território das políticas educacionais e, conseqüentemente, do currículo. Compreende-se que a implementação da educação sexual nas escolas possibilite ações pedagógicas para a prevenção da gravidez na adolescência. O estudo realizado buscou responder as seguintes questões: Como têm se dado a incidência da gravidez na adolescência entre alunos dos anos finais do ensino fundamental/Ensino Médio nas escolas pesquisadas? Em que medida a educação sexual tem contribuído para diminuir essa incidência, na visão dos coordenadores/as?

Enfatizou-se a necessidade de um estudo preliminar nas legislações atuais, quanto ao ensino deste conteúdo, os principais obstáculos nas legislações e no cotidiano escolar. Através da interpretação dos documentos legais foi percebido que a implementação desse conteúdo é um direito fundamental para a garantia da justiça social e da justiça curricular, sobretudo, no tocante aos direitos de uma cidadania plena focalizada nos estudos das diversidades culturais e suas interfaces e transversalidade com conhecimentos sobre gênero e orientação sexual. A educação sexual é fundamental para pessoas, independente do gênero, e em especial para adolescentes e jovens, que estudam na segunda fase do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

A escolha de escutar coordenadores/as sobre essa inquietação foi por entender que são interlocutores estratégicos para refletir o papel do/a pedagogo/a ao desempenhar a função na coordenação pedagógica de uma escola. A coordenação pedagógica é dinâmica e é de fato quem coordena uma gestão do conhecimento, de forma a interligar estratégias para o planejamento, avaliação e desempenhos nas ações coletivas dos sujeitos envolvidos no ambiente escolar e seu entorno. Acompanha o desenvolvimento dos projetos de ensino disciplinar, multi, inter e transversalmente. Contribui nas escolhas dos livros didáticos, e auxilia nas práticas de inovação tecnológica e inclusiva.

Nesse intuito, as respostas de coordenadores/as ressaltaram que os adolescentes iniciam sua vida sexual predominantemente entre os 12 e 14 anos. E que a incidência de DSTs notificadas na escola, ainda são poucas, pois apesar

dos dados da OMS registrar que em cada quatro mulheres adolescentes, uma tem DST, 40% dos respondentes não sabem informar esses dados na escola.

Sobre a gravidez na adolescência, os dados conotam preocupações, pois apesar de 60% afirmar ser pequeno o número registrado, em sua instituição, possivelmente, algumas estudantes evadem e não colocam o real motivo, ou não levam a frente a gravidez. Ou mesmo, esse tipo de registro não fica notificado nos documentos escolares, pois um dos respondentes informou que o registro de gravidez na adolescência em sua escola possui uma alta incidência de gravidez precoce.

Por fim, os/as coordenadores/as registraram que a educação sexual tem sido ofertada como conteúdo nas disciplinas de ciências e biologia e transversalmente com o conteúdo da ética ou de “orientações humanas”.

Conclui-se que este estudo precisa ser mais aprofundado e relacionado com as dificuldades que atingem professores/as, coordenadores/as, e gestores/as, de uma forma geral, no direito negado a terem uma formação continuada, com possibilidade de adentrarem mais efetividade do ensino da educação sexual, apesar dos limites normativos da atual BNCC, sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

ABRINQ. **Cenário da Infância e da adolescência no Brasil 2020**. São Paulo: 2020.

AGUIAR, Márcia Angela da S. POLÍTICA EDUCACIONAL E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: o processo de formulação em questão. In.: **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 722-738, set./dez. 2018. Link: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/aguiar.pdf>

ALVES, C. A., & BRANDÃO, E. R. (2009). **Vulnerabilidade no uso de métodos contraceptivos entre adolescentes e jovens**: intersecção de políticas públicas e atenção à saúde. *Ciência e Saúde coletiva*, 14, 661-670.

AMORIM, M.M, LIMA L. A, LOPES C.V, ARAÚJO D.K, Silva JG, CÉSAR LC, et al. **Fatores de risco para a gravidez na adolescência em uma maternidade-escola da Paraíba**: estudo caso-controle. *Rev Bras Ginecol Obstet*. 2009;31(8):404-10. Portuguese.

BRASIL/MEC. Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020). **PL nº 8.035/2010**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2010.

BRASIL/MEC. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Saúde na Escola – PSE e dá outras providências**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

BRASIL/MEC/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. vol. 4. Brasília: MEC/SEMT, 2000.

BRASIL/MEC/Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCEI)**. vol. 2. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL/MEC/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL/MEC. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1996.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006. Disponível em: < <http://www.portal.mec.gov.br/index.php> > Acesso em 20 de jun. 2021.

BRÊTAS, J. R. S. et al. Os rituais de passagem segundo adolescentes. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 404-411, 2008.

BRUSCHINI, Maria Cristina, BARROSO, Carmem. Educação sexual e prevenção da gravidez. In Carmem et al. **Gravidez na adolescência**. Brasília: INPLAN/IPEA/UNICEF, 1986. P. 29-54. (Série Instrumentos para a ação nº6).

CANDAU, V. M. Educação Escolar e Cultura(s): multiculturalismo, universalismo e currículo; In: CANDAU. V. M. (org) **Didática: questões contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. Forma & Ação, 2009.

COIMBRA, José. “Clica Já” – **Educação Sexual em Meio Escolar**. Millenium, 43 (junho/dezembro). Pp. 127-131, 2012.

COSTA TJ. **Gravidez na adolescência: um estudo de caso sobre a maternidade na faixa etária de 10 a 14 anos em Juiz de Fora, MG**. [tese]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social; 2002.

COSTA, C.O.M, LOPES, C.P.A, SOUZA, RP, PATEL, B.N. **Sexualidade na adolescência desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção**. J Ped 2001; 77(supl2): 217-24.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação. Braga-PT, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

FIGUEIRÓ, Mary N.D. **Revendo a história da Educação Sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo**. Nuances – Vol IV, Setembro/1998.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Coordenação pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade**. Revista Múltiplas Leituras, v. 1, n. 1, p. 117-131, jan./jun. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa participante. In: Brandão, C. R. **Pesquisa Participante** (8ª ed.). São Paulo: Brasiliense, 1981.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** (pp.64-89). Petrópolis: Vozes, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, S.et al. **A visão da pediatria acerca da gravidez**. Revista Latino Americana de enfermagem. Ribeirão Preto, v. 10, n. 3, p. 408-414, mai./jun.2002.

GRINSPUN, Mirian P. S. Z. **A Orientação Educacional**: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GTES. **Grupo de Trabalho de Educação Sexual**. Relatório Final do Grupo de Trabalho de Educação Sexual. Lisboa, 2007.

GUERRA, Elaine L.A. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Centro Universitário UNA, Grupo Anima Educação: Belo Horizonte, 2014.

HEILBORN, Maria Luiza...[et al]. **Gravidez na adolescência e sexualidade**: uma conversa franca com educadores e educadoras. Rio de Janeiro, CEPESC/REDEH, 2008

HOLANDA, M. L. de. et al. **O papel do professor na educação sexual de adolescentes**. Cogitare Enfermagem, v. 15, n. 4, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e de gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIMA, Edenize B. Sexualidade e Currículo escolar: um diálogo a partir da legislação. In **Anais do VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"** - Eixo 2 – Educação, sociedade e práticas educativas. Universidade Federal de Sergipe – RI/UFES, 2012.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. **Educere et educare: Revista de Educação**, v. 2, n. 4, p. 77 -90, jul. /dez. 2007.

MATOS, M. G. et al. **Educação sexual em Portugal**: legislação e avaliação da implementação nas escolas. Psicologia, saúde & doenças, v. 15, n. 2, p. 335-355, 2014.

MEDINA, A. S. **Supervisão escolar da ação exercida à ação repensada**. Porto Alegre: AGE-RS, 2002

MIZIARA, Leni Aparecida Souto. **A coordenação pedagógica e a práxis docente**. 2008. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008.

MOIZÉS, J. S.; BUENO, S. M. V. **Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 44, n. 1, p. 205-212, 2010.

MOREIRA TM, VIANA D de S, QUEIROZ MV, JORGE MS. **Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez**. Rev Esc Enferm USP. 2008;42(2):312-20. Review. Portuguese.

OLIVEIRA, R. R. de.; BRANCALEONI, A. P. L.; SOUZA, T. N. de. **Formação de professores para o trabalho com o tema sexualidade no cotidiano escolar**. Góndola,enseñanza y aprendizaje de las ciencias, p. 34-48, 2013.

PARAÍBA (Estado). Lei n.º 10.488, de 23 de junho de 2015. Plano Estadual de Educação. Diário Oficial do Estado da Paraíba. Disponível em: [Lei-nº-10.488-Plano-Estadual-de-Educacao-ANEXO-DO-PLANO-ESTADUAL-1-3-1.pdf](http://paraiba.pb.gov.br/Lei-nº-10.488-Plano-Estadual-de-Educacao-ANEXO-DO-PLANO-ESTADUAL-1-3-1.pdf) (paraiba.pb.gov.br). Acesso em: 13.jun.2021.

POCOVI, R. M. Contribuições de Rousseau aos pais e educadores de hoje na questão da Educação Sexual. **Perspectiva: Sexualidade e Educação**, Florianópolis, v.17, n.3, p.143-151, dez. 1998.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação Sexual na Escola**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n.53, p.11-9, maio, 1985.

RAMIRO, L. et al. **Educação Sexual, conhecimentos, crenças, atitudes e comportamentos nos adolescentes**. Saúde pública, 2011

SOUZA, Fabíola Jesus de; SEIXAS, Grazielle Oliveira; MARQUES, Tatyane Gomes. O coordenador pedagógico e sua identidade profissional. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, v.9, n. 15, p. 39 – 56, jul. / dez. 2013.

VICTORA, Cesar Gomes. **Intervenções para reduzir a mortalidade infantil pré-escolar e materna no Brasil**. Rev. Bras. Epidemiol, 2001. Vol. 4, Nº 1

WEREBE, Maria Jose Garcia. **A implantação da educação sexual no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.26, p.21 -7, set. 1978.

WEREBE, Maria Jose Garcia. **A educação sexual na escola**. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

XIMENES, Neto, F.R.G.; DIAS, M.S.A; ROCHA,J;CUNHA, I.C.K.O. **Gravidez na adolescência: motivos e percepções de adolescentes**. Rev.Bras. v.60, n.3. Brasília Maio/Junho 2007.

APÊNDICE

Questionário Aplicado

1. Nome completo e escola onde atua na coordenação pedagógica
2. Você tem quantos anos de exercício profissional?
 - a) 1 a 3 anos
 - b) 3 a 6 anos
 - c) 7 a 9 anos
 - d) 10 ou +
3. Levando em conta sua experiência, a maioria dos alunos da sua escola iniciam a vida sexual:
 - a) Entre 12 e 14 anos
 - b) Depois dos 15 anos
 - c) Não sabe informar
 - d) Poucos iniciam na adolescência
4. Quanto a incidência de DSTs entre os alunos:
 - a) Não sabe informar
 - b) Há muita incidência
 - c) Registrou poucos casos
 - d) A escola toma conhecimento sem se envolver
5. Quanto a incidência de gravidez precoce:
 - a) Não sabe informar
 - b) Há muita incidência
 - c) Registrou poucos casos
 - d) A escola toma conhecimento sem se envolver
6. Que área curricular trabalha essas questões com os alunos?
7. Como o trabalho de Educação Sexual é efetuado na sua escola de atuação?
8. Na sua opinião que pontos podem ser considerados positivos no trabalho realizado e o que precisa melhorar?